MODELO DE PETIÇÃO

APURAÇÃO DE HAVERES. TERMO *A QUO*. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS. PETIÇÃO

Rénan Kfuri Lopes

Exma. Sra. Juíza de Direito da ... Vara Empresarial da Comarca de ...

cumprimento de sentença - apuração de haveres

PJe ...

- juntada de procuração dos litisconsortes exclusivamente para o signatário -

- reiteração cadastramento e intimação exclusiva do advogado [Id ...] -

- retirada da capa do processo o Espólio de ... -

- termo *a quo* correção monetária e juros de mora [TJ... e STJ] -

(nome), (nome) e (nome), litisconsortes ativos, pelo comum advogado *in fine* assinado, nos autos epigrafados que contendem com (nome), vêm, respeitosamente, requerer:

a) a juntada da procuração dos ora peticionários, tendo como único procurador o signatário [doc. n. ...]; *et pour causae* reitera que a exclusividade das publicações seja feita em seu nome, nos exatos termos da petição juntada no Id ...;

b) a retificação na capa do processo, para que conste exclusivamente o signatário como advogado da ... [vide procuração em anexo];

c) seja retirado da capa no quadro de parte/autora o ESPÓLIO DE ..., pois há muitos anos o inventário foi encerrado; e os direitos discutidos da sociedade ... nestes autos passaram a ser representados pelos únicos herdeiros e sócios ... e ... [doc. n. ...];

d) mesmo não tendo sido o signatário intimado da v. sentença do Id ... e sobre o despacho do Id ..., considerando que não houve prejuízo para os peticionários/embargados, nesta oportunidade dá ciência do decisum homologatório e quanto aos embargos declaratórios, data vênia, não há omissão:

- pois a sentença homologatória estipulou/fixou expressamente o valor de R$ ... a partir da data do laudo, ou seja, ..., data do laudo de apuração de haveres [vide Ids ..., ..., ... e ... ---erro material a ser retificado quanto à data de “...”;

- incide a correção monetária incide a partir da data do laudo “...” pelos índices da Tabela da Corregedoria do TJ...;

- incidem juros de mora a partir do vencimento do prazo nonagesimal, após a liquidação de haveres, *ex-vi* art. 1.031, § 2º do Código Civil, conforme entendimento esposado pelo colendo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ..., ombreado por vários precedentes do r. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

“*APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE - APURAÇÃO DOS HAVERES DO SÓCIO RETIRANTE EM LIQUIDAÇÃO - EFEITO SUSPENSIVO - PROCEDIMENTO: ART. 375-A, DO REGIMENTO INTERNO/TJMG - TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA - NOVENTA DIAS APÓS A LIQUIDAÇÃO - ART. 1.031, § 2º, DO CÓDIGO CIVIL - JURISPRUDÊNCIA DO STJ. O requerimento de antecipação dos efeitos da tutela recursal e de atribuição de efeito suspensivo à apelação deve observar a previsão contida no art. 375-A do Regimento Interno deste egrégio Tribunal. Conforme reiterada jurisprudência do STJ, "nos casos de dissolução parcial de sociedade anônima, os juros moratórios são devidos a partir do vencimento do prazo nonagesimal, após a sentença de liquidação de haveres, conforme regra prevista no art. 1.031, § 2º, do CC/02, aplicável por analogia. Precedentes*.” [TJMG, Apel. Cível 1.0000.21.085221-6/0001, DJe 06.07.2021]

Pede Deferimento.

(Local e data)

(Assinatura e OAB do Advogado)